



EDITAL

Eng.º Luís Simão Duarte de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Mora, torna público, em cumprimento do disposto no **n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,** que na sua **reunião ordinária de 24 de Agosto de 2016,** foram, pela **Câmara Municipal de Mora** ou pelos **Titulares** do respectivo **Órgão,** tomadas as seguintes **deliberações e decisões:**

Deliberações:

Câmara Municipal:

PROJECTOS DE ARQUITECTURA: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade o projecto de arquitectura em nome de **Bruno Manuel Vieira Dias**, para alteração e ampliação de edifício sito na rua de Angola n.º 14 em Mora, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente **cumprir** com o constante no referido parecer.

A Câmara Municipal aprovou também por unanimidade o projecto de arquitectura em nome de **Cercitop, Crl**, para alteração e ampliação de um edifício para equipamento de Apoio Social sito na Rua de Santo António em Mora, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente **cumprir** com o constante no referido parecer.

PROJECTOS DE ESPECIALIDADES: Foram presentes os seguintes projectos de especialidades em nome de:

- **Maria Odete Correia Claudino**, para alteração de cobertura do Alpendre - processo n.º 09/2016, sita na Rua Luís Vaz de Camões, n.º 11, em Mora.

A Câmara Municipal com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, deliberou por unanimidade deferir o pedido de isenção de apresentação do projeto de gás.

Mais deliberou por unanimidade com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, considerar que o projecto de estabilidade e o plano de acessibilidades apresentado cumprem o disposto na legislação aplicável, deferindo o pedido.

- **José Joaquim Ribeiro Bexiga e Maria Francisca Pires Leão Ribeiro**, para alteração de Edifício e de utilização sito na Rua de Cabeção n.º 20, em Mora. Deliberado por unanimidade com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, considerar que os projectos de especialidades apresentados cumprem o

disposto na legislação aplicável, deferindo o pedido. Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença para a realização da operação urbanística dentro do prazo indicado no presente parecer.

EMIÇÃO DE CERTIDÕES: Foram presentes os seguintes pedidos de emissão de certidões em nome de:

- **Patrícia Lista**, advogada, solicitando a emissão de parecer favorável ao negócio de compropriedade que se pretende concretizar relativamente ao **prédio denominado "Castelo"**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 812 da **Freguesia de Cabeção**, inscrito na matriz predial rústica sob o **artigo 261, Secção A** da mesma freguesia, com a área total de 1,825 ha.

Com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e do **Consultor Jurídico** a Câmara Municipal deliberou por unanimidade não ver qualquer inconveniente na constituição da referida **compropriedade**.

- **Patrícia Lista**, advogada, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 1213** da freguesia de **Cabeção**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 814 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 45,00 m2, localizado na Rua da Fonte Velha, n.º 3.

A Câmara Municipal deferiu o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE MORA: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o projeto de **Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Mora** e enviá-lo ao **Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana** para emissão de parecer não vinculativo. Mais deliberou por unanimidade, ainda de acordo com o artigo 17.º do regime supracitado, e em simultâneo com essa remessa, que o **projeto de ORU seja submetido a discussão pública**, a promover nos termos do **Regime Jurídico dos Instrumentos de Ges-**



tão Territorial para os Planos de Pormenor.

PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL "FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O ANO 2017" - ABERTURA DE PROCEDIMENTO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade abrir concurso público Internacional nos termos do Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, na sua última redacção para o **"Fornecimento de Energia Eléctrica para o ano 2017"**, em conformidade com o **Programa de Procedimento**, caderno de encargos, Anexos e demais documentos (artigo 40º. do CCP). O prazo para apresentação de candidaturas é de **30 dias** a contar da data de publicação no **Diário da República**. Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o Programa de Procedimento, caderno de encargos, Anexos e demais documentos (artigo 40º. do CCP). O Júri do presente concurso é composto pelos **Senhores Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras, e Engenheiro António Godinho Mourão Costa**, sendo **Presidente** do mesmo o **Senhor Vereador, Marco Filipe Barreiros Pires** como membros efectivos e **Senhores Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Senhor José Joaquim Marques Ramalho**, como membros suplentes.

PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE 9 LUGARES: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, abrir procedimento para a formação de contrato por Ajuste Directo, nos termos do artigo 36.º e 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP) na sua última redacção, para **aquisição de uma viatura de 9 lugares para o transporte de crianças**, em conformidade com o convite e caderno de encargos, pelo prazo de **15 dias**. Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o convite à apresentação de propostas e o caderno de encargos anexos à presente informação. Deliberado também por unanimidade consultar as seguintes empresas:

Renault Portugal; Caetano Motors; SIVA; A. Matos-Car, SA;

Deliberado ainda por unanimidade que o Júri do presente concurso é constituído pelos **Senhores, Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Senhor Joaquim José Matias**, sendo **Presidente** do mesmo o **Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires**, como membros efectivos e **Senhores Engenheiro António Godinho Mourão Costa e Engenheiro João Miguel Caramujo**

Ramos Endrenço, como membros suplentes.

PROCEDIMENTO DE RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE - PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PROMOVIDO PELA CIMAC: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade integrar o **Município de Mora** no procedimento de contratação, que visa o licenciamento dos softwares no triénio 2016-2018, ao abrigo do **Acordo Quadro**, previsto no artigo 259º do Código dos Contratos Públicos, AQ-LS / Licenciamento de software e serviços conexos - 2015 da Entidade de serviços partilhados da Administração Pública, IP (ESPAP) de harmonia com a proposta da **Divisão Administrativa e Financeira**.

RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO - PROCEDIMENTO TIPO AJUSTE DIRETO "PROJETO DO PARQUE URBANO DE MORA - ALTERAÇÕES" - ADJUDICAÇÃO DE PROCEDIMENTO:

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retificar a deliberação tomada em reunião ordinária realizada no dia 13 de Janeiro de 2016, no seu ponto, **1.05 - Procedimento tipo por Ajuste Directo "Projeto do Parque Urbano de Mora - Alterações" - Adjudicação de Procedimento**.

Onde se lê:

"Face ao parecer do Relatório Final, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar a Tiago da Cunha Ferreira Varela Lopes, a execução do "Projeto do Parque Urbano de Mora - Alterações", pelo valor de 9.300,00, mais IVA, por apresentar a proposta mais vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos."

Deve lêr-se:

"Face ao parecer do Relatório Final, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar ao "Gabinete Tiago Varela e Elisabetta Maino - Arquitetos", a execução do "Projeto do Parque Urbano de Mora - Alterações", pelo valor de 9.300,00, mais IVA, por apresentar a proposta mais vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos."

DESPACHOS DOS SENHORES PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE: Presentes os seguintes despachos do **Senhor Presidente e Vice-Presidente:**

- Em que aprovou a 5ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2016, a 5ª. Alteração às Grandes Opções do Plano 2016-2019 e 5ª. Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos 2016-2019.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

- Em que determinou o seguinte:



Dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver este trabalho, torna-se necessário recorrer à contratualização de serviços externos especializados para a prestação dos serviços de montagem de peças arqueológicas no **Museu do Megalitismo em Mora**, essenciais para a dinamização deste espaço.

Neste contexto, de acordo com o estatuído nos n.os 5, 6 e 10 do art.º 55.º do Orçamento de Estado para 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a celebração deste tipo de contratos carece de parecer prévio favorável do Presidente da Câmara que verifica o cumprimento dos pressupostos previstos no n.º 6 do mesmo normativo.

Com efeito, tratando-se de um parecer prévio à abertura do procedimento, o cumprimento dos pressupostos serão garantidos e salvaguardados no âmbito do procedimento de contratação pública. Este procedimento terá por finalidade a contratação do serviço de montagem dos suportes dentro das vitrines bem como as peças arqueológicas.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.

- **Em que determinou** o seguinte:

Dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver este trabalho, torna-se necessário recorrer à contratualização de serviços externos especializados para a prestação dos serviços de restauração e cafetaria do Fluvial de Mora, de forma a capacitar a equipa municipal que ficará encarregue da dinamização do espaço.

Neste contexto, de acordo com o estatuído nos n.os 5, 6 e 10 do art.º 55.º do Orçamento de Estado para 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a celebração deste tipo de contratos carece de parecer prévio favorável do Presidente da Câmara que verifica o cumprimento dos pressupostos previstos no n.º 6 do mesmo normativo.

Com efeito, tratando-se de um parecer prévio à abertura do procedimento, o cumprimento dos pressupostos serão garantidos e salvaguardados no âmbito do procedimento de contratação pública. Este procedimento terá por finalidade a contratação de 1 pessoa para a prestação do serviço referido, pelo período de 1 mês e meio.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.

- **Em que determinou abrir** procedimento tipo ajuste direto para a aquisição de Bens Móveis com a designação de "Núcleo Regional do Megalitismo Mora - Guardas e Acessórios", pelo prazo de 5 dias em conformidade com o Caderno de Encargos e Convite.

Mais determinou que seja consultada a seguinte empresa da especialidade: **J.C.Sampaio, Lda..**

Determinou também aprovar o Caderno de Encargos e Convite do Procedimento.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.

- **Em que determinou** que o prazo para apresentação das propostas, referente ao procedimento por concurso público para a **execução da empreitada de "Parque Verde - Construção do Parque Urbano e Espaço Multiusos para a Juventude"**, seja **prorrogado** pelo período de **8 dias (consecutivos)**.

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade ratificar o despacho do **Senhor Vice-Presidente**.

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA CONCESSÃO DE PESCA DESPORTIVA DA RIBEIRA DE RAIA: A **Câmara Municipal** analisou o projecto de alteração ao **Regulamento da Concessão de Pesca Desportiva da Ribeira de Raia**, e deliberou por unanimidade aprová-lo e enviar o mesmo para apreciação pública (publicação da II série do Diário da República) para desta forma dar cumprimento ao previsto no artigo cento e dezoito do Decreto Lei número quatrocentos e quarenta e dois barra noventa e um de quinze de Novembro, (CPA).

ALTERAÇÃO DE DATA DE REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL: O **Senhor Presidente da Câmara** informou que na reunião ordinária de 16 de Dezembro de 2015 foi aprovado a calendarização para a realização das reuniões ordinárias para o ano de 2016. Neste calendário consta o dia 5 de Outubro. Posteriormente a Lei nº. 8/2016, de 1 de Abril de 2016, repõe alguns feriados nacionais, entre eles o dia 5 de Outubro. Neste sentido propôs o **Senhor Presidente** a alteração desta data, (5 de Outubro) para o dia **4 de Outubro de 2016**, para a realização da referida reunião.

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade alterar a data da referida reunião, de acordo com a proposta do **Senhor Presidente**.

Mora, 24 de Agosto de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Mora

Eng.º Luís Simão Duarte de Matos